

# Economia brasileira será estabilizada mesmo com eleições, dizem especialistas

por Celso Pinto  
de Londres

A inflação brasileira, de um jeito ou de outro, com ou sem o ministro Fernando Henrique Cardoso, tende a ser estabilizada no próximo ano. A incerteza política, de outro lado, é limitada. Mesmo que o PT ganhe a Presidência, não deverá fazer a maioria no Congresso. Seu poder de manobra, portanto, será limitado.

Essa visão foi transmitida a uma platéia de uma centena de banqueiros e investidores em Londres, terça-feira, pelo economista Paulo Rabello de Castro e o cientista político Bolívar Lamounier. Eles foram os palestrantes convidados pelo Bamerindus para um seminário fechado que já havia sido feito antes em Miami em Hong-Cong e que será repetido, dia 11 de novembro, em Buenos Aires.

A análise da situação brasileira feita por Castro e Lamounier foi bastante otimista. Boa parte da curiosidade e das perguntas foi política, uma área onde o conhecimento externo em geral é menor e as dúvidas maiores.

Lamounier acha que o Brasil tem quatro grandes problemas políticos pela frente e, ao contrário da impressão geral, eles estão bem encaminhados. O primeiro é a reestruturação do modelo econômico fixado desde a década de 30, algo que hoje tem um respaldo muito grande na opinião pública, nas elites e no próprio Congresso.

O segundo desafio é criar um sistema democrático que funcione. É uma tarefa de peso. Em 1960, lembra Lamounier, os votantes representavam 22% da população. Desde então a proporção vem subindo, alterando a feição oligárquica do sistema. Na "megaeleição" do próximo ano, o eleitorado deverá corresponder a 65% da população, um número inédito. Parece confuso e perigoso, mas é um processo gradual onde os atores estão aprendendo a jogar dentro das regras democráticas.



Paulo Rabello de Castro

A terceira tarefa é remover dificuldades que surgiram na transição, especialmente as colocadas pela Constituição de 1988. Lamounier admite que a revisão constitucional abre uma "caixa de Pandora", que pode ser perigosa se ampliar muito a agenda. Sugere, contudo, que as pesquisas indicam que o Congresso tem hoje uma posição mais liberal do que as elites e há um apoio popular às reformas econômicas. Ele acha possível a revisão retirar os exageros nacionalistas e intervencionistas do Estado, além de ajudar a reduzir a fragmentação partidária.

O último desafio de porte são as eleições do próximo ano. Lamounier acha que o fato de serem eleições para vários níveis tornará o papel dos partidos mais importante. O candidato do PT, Lula, tem grandes chances de ir ao segundo turno, mas o partido dificilmente elegeria mais de 20% do Congresso. Neste caso, haveria um "limite institucional" para o que Lula faria, caso fosse eleito presidente.

"Qualquer política terá que ser feita com negociação e não desviará muito de parâmetros conhecidos: controle da inflação, reformas do Estado, etc, pontos consensuais como nunca foram no País", supõe Lamounier. "Não é uma eleição mais problemática do que a de qualquer outro país."

Paulo Rabello de Castro acha que o cenário econômico deverá incluir uma aceleração inflacionária até mais de 40% ao mês em janeiro. Será um "momento crítico" a partir do qual tanto pode ocorrer uma hiperinflação aberta quanto uma estabilização.

Ele aposta na estabilização, com ou sem a atual equipe econômica. "Se Fernando Henrique não conseguir, alguém o fará", prevê. A forma mais provável, a seu ver, seria uma dolarização em torno do modelo argentino. Outra idéia é a criação de um "currency board" que controlaria a emissão de uma moeda lastreada. Ele acha uma opção "perigosa tecnicamente e que seria seguida de muitos processos legais contra ela".

A própria aceleração inflacionária ajudaria a criar um mínimo de apoio político para se fazer a estabilização. Outra razão que empurraria o governo a tentar algo mais forte no próximo ano é que a dívida mobiliária está voltando a patamares próximos à situação anterior ao Plano Collor. Não é muito em termos internacionais (a projeção dele é pouco mais de 11% do PIB em 1993), mas de difícil renegociação na situação de incerteza inflacionária.

"Em 1994, a dívida chegará próxima ao limite: ou se resolve a questão inflacionária ou vamos ter outra solução compulsória (para reduzi-la)", diz.

Castro aposta num plano de desindexação bem-sucedido que reduza a inflação a algo entre 2 e 3% ao mês no próximo ano. Se isso acontecer, não haverá obstáculos a uma retomada substancial de crescimento.

Castro aposta num plano de desindexação bem-sucedido que reduza a inflação a algo entre 2 e 3% ao mês no próximo ano. Se isso acontecer, não haverá obstáculos a uma retomada substancial de crescimento.